

Livros

Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*

de Carlos Vainer, David Harvey, Ermínia Maricato et al.

Para onde marcham os manifestantes?

Where are the protestors marching to?

por Débora Cristina Goulart**

Este livro é uma coletânea que busca explicar o que teria, afinal, acometido o país nos meses de junho e julho de 2013. A publicação elaborada pela editora Boitempo em parceria com Carta Maior e apoio da Fundação Rosa Luxemburgo, como parte da coleção Tinta Vermelha¹, foi lançada logo em julho, no calor dos acontecimentos e acolhida pelos ávidos leitores que buscavam explicações para o arrebatamento político, pelo qual, poucos esperavam, embora muitos o desejassem.

O mês que deu nome às *Jornadas de Junho* em 2013 foi intenso nas ruas e fez fervilhar as cabeças dos intelectuais brasileiros de todo o espectro político, da direita à esquerda, resultando em um grande volume de textos que minimizavam e/ou criminalizavam as manifestações, ou de outro lado, viam a irrupção de um novo tempo, ainda que com desconfianças.

*São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

**Doutora em Ciências Sociais. Professora do Departamento de Didática da Unesp-Marília, Brasil.
End. Eletrônico: debcgoulart@gmail.com

¹A referida coleção se dedica à “produção de livros de intervenção e teorização sobre acontecimentos atuais”. Ver <http://www.boitempoeditorial.com.br/v3/Collections/view/8>

Cidades Rebeldes é uma destas tentativas explicativas que conta com importantes autores da intelectualidade brasileira, em sua quase totalidade de professores universitários renomados que, a partir de suas preocupações e pesquisas olharam, (e participaram) dos eventos que geraram o livro.

Com textos curtos e a presença do Movimento Passe Livre (MPL) entre as autorias, a obra claramente é um esforço importante para desvendar as manifestações que sacudiram as cidades do Brasil. Como diz Slavoj Žižek, “a luta pela interpretação dos protestos não é apenas “epistemológica”; a luta dos jornalistas e teóricos sobre o verdadeiro teor dos protestos é também uma luta “ontológica”, que diz respeito a coisa em si, que ocorre no centro dos próprios protestos” (p. 103).

As *Jornadas de Junho* são analisadas por meio de enfoques, dados e perspectivas diversas levando a uma gama de temas - a questão urbana, o transporte público e privado, a crise econômica capitalista, as esquerdas, a justiça e o direito, o papel da “nova” e “velha” mídia, a violência nas cidades e a polícia, os megaeventos, os movimentos sociais - que emergem do mesmo objeto - as manifestações de junho.

Entre tantas abordagens, o que se pode dizer - mesmo hoje - é que todos ainda tentam entender o que se passou naqueles dias, suas origens e desdobramentos. As metáforas de eventos naturais de grandes proporções denotam o susto da sociedade brasileira diante de manifestações de rua, mesmo que pelo mundo todo venham eclodindo desde 2010², com amplitude geográfica e profundidade cada vez maiores, como afirma David Harvey, ao lembrar que “a cidade tem sido por muito tempo o epicentro da criatividade destrutiva” (p. 30) e que “o direito à cidade não é um presente. Ele tem que ser tomado pelo movimento político” (p. 31).

O conflito intrínseco da relação entre a destrutividade e a apropriação coletiva da cidade é o eixo dos textos que enveredam pela questão urbana, não como terreno de lutas, mas como agente da resistência à privatização e segregação na cidade, intensificada pela política neoliberal dos anos 1990 e 2000, que lançaram ao (quase) esquecimento a forte demanda por reforma urbana (Rolnik; Maricato). A desigualdade exposta nas cidades recrudescu com as operações urbanas que preparam os megaeventos, por meio de meganegócios que “expõe a militarização da vida (...) a qual não só protege como opera um modelo de política urbana ao mesmo tempo empresariado e empresarial” (Brito e Oliveira, p. 66).

²Refiro-me à crise da Grécia e às ininterruptas manifestações que lá ocorreram naquele ano.

Os cidadãos têm vivenciado camadas sobrepostas de experiências da exploração da/cidade. As péssimas condições de vida se multiplicam exponencialmente e a ânsia do capital pela terra urbana e suas várias formas de acumulação tem mostrado sua ferocidade. As cidades neoliberais herdaram o apetite das corporações que mercantilizaram a vida urbana e os governos Lula e Dilma as atiraram com uma política de subsídios para a indústria automotiva e de crescimento pela via do consumo (Maricato; Braga). A desaceleração do crescimento econômico em 2013 e o aumento do “precarizado”³ encontraram-se com a expectativa - construída insistentemente - de um mercado de trabalho em expansão e de aumento do poder aquisitivo da população. Acrescenta-se a essa colisão um número crescente de greves em 2012, o endurecimento da repressão (Brito e Oliveira) e a criminalização dos movimentos sociais (Souto Maior). Vieram, então, os megaprotestos (Vainer, p. 37).

Embora Ruy Braga afirme que “apenas os muito desavisados não haviam percebido que os sismos aproximavam-se rapidamente nas metrópoles” (p. 81) e que Sakamoto lembre que “o povo não acordou agora. Quem acordou foi uma parte. A outra nunca dormiu – afinal, nem tinha cama para tanto” (p. 99), a polêmica sobre a composição sócio-ideológica dos manifestantes e a intensidade do susto para as várias organizações políticas é um fato.

De elementos estruturais, como a crise econômica internacional e a crise de representação política (Lima; Sakamoto), a questões conjunturais como “o acordo com a burguesia na cúpula” (Iasi, p. 46), o abandono de projetos de esquerda pelos partidos burocratizados (Brito e Oliveira), as *Jornadas de junho* movimentaram as esquerdas no Brasil que desde o fortalecimento das políticas neoliberais nos anos 1990 reclamavam da baixa adesão dos trabalhadores às lutas necessárias. A insurgência não veio dos partidos e dos sindicatos, que segundo Lincoln Secco, não polarizaram a vida política e ainda foram achincalhados nas ruas pelo senso comum à direita.

O estopim das revoltas não estava na contradição capital/trabalho, as formas de luta se concentravam na ação direta, a organização responsável pelo chamado às ruas se autodenomina um “movimento social de transportes autônomo, horizontal e apartidário” (MPL, p. 15) e as redes sociais virtuais foram os meios de disseminação das informações. Estava desenhada para a esquerda institucional e burocratizada o pior dos mundos: grandes mobilizações sem sua direção. Tão grande foi o golpe que ainda não se recuperou do chacoalho.

³A este respeito ver: Braga (2012).

A “velha mídia” (Sakamoto; Viana) e o governo, no entanto, souberam se recompor rapidamente e lançaram mão de artifícios que os fizessem parecer com o que a ideologia dominante lhes atribui. Os meios de comunicação amplamente questionados, ao dar visibilidade política às manifestações puderam lustrar a superfície com a suposta imparcialidade, enquanto o governo blefou com uma constituinte, passando por uma reforma, chegando à rearticulação das forças de repressão em nível nacional.

Em meio a tantas discordâncias e dissonâncias de análise, as *Jornadas de junho* fizeram pagar os R\$ 0,20 mais caros da história e abriram uma onda de incertezas que gerou não só um grande empenho por explicações de fatos passados, mas tem desenvolvido um processo gestado há algum tempo por movimentos sociais nas periferias e centros das grandes cidades (Vainer; Brito e Oliveira).

Cidades Rebeldes como parte desse processo traz muito mais elementos de sua superfície, mas faz importantes incursões em profundidade sobre várias perspectivas, sobretudo das contribuições de autores que se permitiram (re)pensar, procurando questionar antes de concluir. As contribuições de David Harvey e Mike Davis, por terem sido escritas em 2008, podem parecer diacrônicas, mas guardam relações com os acontecimentos por tratarem da dinâmica das cidades na história recente. A atualidade de seus textos se mostra nessa citação de Harvey: “Todos somos, de um jeito ou de outro, arquitetos de nossos futuros urbanos” (p. 31).

Uma das questões mais tensas do livro, assim como nos protestos, não está explícita: para onde marcham os manifestantes? Quais mudanças e/ou permanências resultarão desse processo em aberto? Seremos capazes de arquitetar novas construções sobre os escombros em que vivemos ou sutis reformas decorativas serão suficientes para aplacar a insatisfação? E se assim for, por quanto tempo?

Bibliografia

BRAGA, Ruy. (2012). *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo.